

O lugar Pátria ou o lugar da Pátria em Ribeiro Sanches

por Joaquim Nabais

Foi tardio o meu encontro com Ribeiro Sanches. As poucas referências ao seu nome com que havia deparado até ainda há pouco mais de uma dúzia de anos advinham dos programas escolares, quando se tratasse do Iluminismo, das reformas pombalinas ou das teorias económicas emergentes nesse período. Da sua obra, apenas os títulos maiores das “Cartas sobre a Educação da Mocidade” e do “Método para Aprender e Estudar a Medicina”. Entretanto, chegaram-me ecos das comemorações do bicentenário do nascimento e do tricentenário da sua morte, ainda que em diferido, e impôs-se-me, igualmente, o busto esquisitório que por altura da primeira data lhe foi erigido na terra onde nasceu, exercício medíocre de estatuária, inversamente proporcional à grandeza do representado, descobriria eu mais tarde.

O primeiro verdadeiro contacto com a figura extraordinária que depois se me revelou ser Ribeiro Sanches deu-se por intermédio de Faustino Cordeiro, em 2001, quando este apresentou em Penamacor o livro “Sobre a Agricultura, Alfandega, Colónias e outros textos”, conjunto de textos inéditos maioritariamente resgatados dos arquivos da Biblioteca Nacional de Madrid. Para ser sincero, naquele acto, a minha maior atenção foi até para o, chamemos-lhe assim, obreiro do livro. De facto, eu nunca tinha ouvido alguém falar de outrem com tanta e sincera admiração como Faustino Cordeiro se dirigia ao autor daqueles textos. Nesse livro, mais do que o corpo central da matéria versada, chamou-me a atenção o rascunho de uma carta para destinatário desconhecido, onde Ribeiro Sanches aponta as razões de não poder voltar a Portugal, isto é, a velha história dos cristãos novos e as perseguições de que eram alvo, ou seja, o tipo de situações de intolerância e abuso por que sinto particular repúdio e para as quais nada pode servir de atenuante. Além disso, senti de imediato aquela compaixão ou piedade que inspiram todos os exilados que, pela mais diversas razões, se vêem dolorosamente afastados de tudo o que amam. Contudo, haviam de passar ainda alguns anos sem que o nosso patrono se me tornasse muito presente.

A publicação do “Diário de Campanha na Guerra Russo-Turca e Outros Textos”, em 2006, em resultado do trabalho abnegado do reincidente Faustino Cordeiro e do apoio, mais uma vez, também, da Câmara Municipal de Penamacor, veio definitivamente plantar no meu espírito já não só o autor, mas a personagem que se desprende e autonomiza dos seus próprios escritos. E essa personagem emerge precisamente naquele cenário das desoladas estepes habitadas pelos cossacos do Don e pelos tártaros da Crimeia, em forma de silhueta humana vergada sobre uma mesa, sob o pano translúcido de uma tenda iluminada na noite: o homem de Penamacor anota no seu diário as suas observações “*no tocante às produções naturais, religião e costumes, leis e tratos*” daquelas gentes, bem como as peripécias e atribuições por que vai passando durante as campanhas militares em que servia como médico. Aí, nesses confins de todo improváveis em que se encontra, Ribeiro Sanches pensa na sua pátria. O admirável é que não se detém em lamentos inúteis motivados por ressentimentos mesquinhos (note-se que ressentimentos tinha ele!, e razões para os ter, também!), mas antes, num desabafo compreensível, reflecte sobre as causas da triste realidade da sua “*desgraçada pátria*”, onde a

prevalência da condição eclesiástica sobre as demais esferas da vida do país não só não contribui para o progresso, como lhe é pernicioso.

Não é finalidade deste exercício fazer qualquer tipo de análise à obra de quem ganhou a respeitabilidade da inteligência europeia da época em toda a linha da sua acção, que foi intensa e diversa. Em boa verdade, estou longe de ser um estudioso de Ribeiro Sanches, falta-me para isso a fidelidade apaixonada, a incondicional entrega e a exigência daqueles que, como Maximiano Lemos, Rosa Mendes, Augusto Machado, Faustino Cordeiro e outros, contribuíram para o conhecimento da sua vida e obra; mas essa lacuna não obsta a que a minha admiração pelo homem seja sincera e profunda e que, de certo modo, sim, me sinta também profundamente conhecedor da sua alma, compreenda aquela amargura – que a bondade natural nunca deixa resvalar para o azedume rancoroso – de filho enjeitado da pátria, que o acompanhará até à morte.

Quem se aproximar de Ribeiro Sanches, para além de se surpreender pela sua capacidade de intervenção e natureza enciclopédica dos seus conhecimentos, não deixa de se sentir contagiado pelo carácter e personalidade que emanam do testemunho ingente de fé nos homens e de amor à sua pátria que demonstrou ao longo da vida, homens e pátria que teimam em ignorá-lo ou, pelo menos, não são solícitos quanto deviam aos seus esforços. Então, o que leva alguém com o cabimento de Ribeiro Sanches no seio da sociedade evoluída europeia a não despegar-se de vez da terra de onde se viu forçado a sair e à qual poucas esperanças alimenta em voltar?

No rascunho de uma carta para destinatário desconhecido sobre as razões para não voltar a Portugal, RS confessa a dado passo: “Bem desejaria eu passar este pouco que me fica de vida naquela terra que tanto amo”. Se não quiséssemos procurar outras razões para a constante demanda de um expatriado em se aproximar do lugar pátria, esta bastaria. Sabemos como o tempo e a distância tendem a agudizar a saudade, e esta a manter viva a esperança de um regresso, do mesmo modo que actuam como filtros suavizadores dos contornos mais dolorosos, favorecem o devaneio e fazem aflorar sonhos e anseios de realizações futuras. O lugar pátria pode surgir, assim, como um travesseiro onde à noite declinamos a cabeça e sobre o qual repousamos. Não me parece que fosse o caso do nosso “estrangeirado”, sempre demasiado inquieto com o imobilismo nacional e preocupado em fornecer soluções para os graves problemas do reino, em nome de um patriotismo que não se cansa de apregoar, bem patente em muitas passagens dos seus escritos. Estou em crer que é esta incomum resistência ao desânimo face à pouca receptividade das suas formulações, que na realidade consubstanciam arrojadas propostas de reformas, formulações essas que lhe ocupam o espírito e, não raro, lhe consomem os poucos recursos financeiros, que leva os conhecedores das incansáveis diligências em que se obstina, a nutrir uma especial admiração pela pessoa, que vai muito para além da suscitada pela valia da sua obra. Na verdade, essa admiração é sensível ao ponto de se tornar uma quase coisa pessoal. Assim se compreende a comoção que tantas vezes vi aflorar nas comunicações de quantos dele se propõem falar. Assim eu o sinto também.

“Considerarei na desgraçada pátria minha, na qual é quase impossível de se introduzirem as boas artes”, diz ele de longe, menos preocupado com o seu destino do que com a triste sina do seu

país, vergado aos interesses dos poderosos e ociosos, apenas apostados na defesa e manutenção dos privilégios. Apesar da frase em presença, não se pense que essas considerações sejam orientadas para a lamúria. A análise crítica de Ribeiros Sanches, fundada no estudo e no conhecimento e estada numa lógica positivista, visa sempre o apontar de caminhos que ele considera serem aqueles que servem o desenvolvimento do Reino.

Dada a sua condição de cristão novo, poderão os menos avisados ser tentados a tomar as suas críticas à Inquisição e ao domínio dos eclesiásticos – que infestam a sociedade e mantêm o ensino a um nível próximo da abjecção – como um mal digerido ressentimento. A nobreza e tudo o mais que impede o progresso e a civilização também não escapam a esta análise. Acontece que essas críticas, que não são circunstanciadas, se enquadram numa visão ampla e clarividente da realidade. Tão ampla que abrange todas as áreas de actividade e de funcionamento inerentes à vida e ao governo do Reino; tão clarividente que ainda hoje, em muitos aspectos, pode ser tomada como princípio orientador, mesmo quando possam parecer sofrer de algum anacronismo. Ribeiro Sanches lamentava um sistema social e um modelo de economia onde os pastores eram mais numerosos que o rebanho, querendo com isso dizer que um Estado onde houver mais dignidades eclesiásticas, títulos e cargos diversos sem mais valias, do que agricultores e comerciantes, não pode ter um futuro promissor.

Na impossibilidade de se poder dirigir à multidão dos súbditos – que na sua maioria vegetava pelos campos, ignorante de tudo o que ia para além do limiar da sua porta –, e na qual, em abono da verdade, também não fazia depender qualquer iniciativa (lembre-mos que ele acredita no despotismo esclarecido), Ribeiro Sanches procura escolher cuidadosamente os seus interlocutores junto do governo para se fazer ouvir. E se não nos é lícito admitir que não houvesse da sua parte o desejo de alguma sorte de reconhecimento, é inegável o singular altruísmo, a paixão e sapiência argumentativas e o impulso patriótico que o move. Apartado da sua terra, nunca deixará de se lhe dirigir como sendo sua; segregado pela religião, optará sempre por uma perspectiva de integração: quando pugna pela reforma do ensino evoca a *“nossa Universidade”*; quando se refere a Portugal, fala da *“nossa pátria”*. Numa carta a Joaquim Pedro de Abreu, onde defende brilhantemente as suas proposições sobre a forma de como implementar o ensino da medicina, diz a dado passo: *“A obrigação com que nasci, a fidelidade para com o meu Rei e Senhor é que me conduz”*.

Tudo o que o anima é ser útil *“em serviço e em utilidade da minha pátria”*, ainda que para tal tenha de sujeitar-se à opinião que dele quiserem formar, pensando certamente em *“quem não viu nem experimentou, isto é, digo eu, nos ignorantes presunçosos e opiniosos. Porque, diz ele, “será impossível que se compreenda em Portugal o que se adquiriu em tão vários climas e com tão diversas pessoas”*.

Esta carta dirigida a Joaquim Pedro Abreu, a mim, muito pessoalmente, soa-me àquilo que em gíria se diz *“despejar o saco”*, frente a alguém que, como médico da Câmara real, teria responsabilidades acrescidas e algumas culpas no cartório. Mas fá-lo com classe. Ribeiro Sanches é um cosmopolita na verdadeira acepção da palavra e tem a perfeita noção do quão Portugal se mantém debruçado sobre si próprio e mergulhado num provincianismo atroz. A carta é uma extensa denúncia da *“errada doutrina”* e do *“bárbaro e detestável método com que se aprende”* a medicina. É perceptível o propósito de marcar posição em matéria de que é profundo conhecedor e não se inibe de afirmar que não está para se sujeitar a *“juízo e parecer”*

alheio”, não pelos anos que estudou em Coimbra, nem em Salamanca, e muito menos pelos quatro anos que praticou na Guarda e em Benavente, mas pelo que aprendeu por trinta e quatro anos nas universidades de Pisa, Montpellier e Leyde, hospitais de Londres e da Rússia, e pela correspondência que teve com Vanswieten, Haller, Schreiber, Guntz e Gaubius. Isto é o que ele diz abertamente, tempo verbal à parte. E conclui: “*Será impossível que se compreenda em Portugal tudo o que se adquiriu em tão vários climas*”.

O resto da missiva é um extenso e notável exercício de ironia, figura de estilo que usa deliberadamente para não escandalizar o destinatário. Ribeiro Sanches toma-se a si próprio como exemplo para defender a tese de que para aprender medicina ou qualquer outro ramo do saber há que aprender com quem vai à frente e onde o conhecimento se exercita, contrariando os crentes na competência dos médicos nacionais para ensinar e os adeptos da importação de professores, onde, certamente, se inclui o destinatário da mensagem. Ribeiro Sanches começa por conceder essa possibilidade e admite reconhecer a competência dos “práticos” desde que estes saibam a “*Anatomia, a Física, a Matéria Médica, a Farmácia e a Química*”; se forem capazes de explicar as “*Instituições Médicas e os Aforismos de Boheraave*”; se forem capazes de explicar em latim – a língua das universidades – essas obras; se souberem dissecar conforme o método de “*Eustáquio, Albinus de Vesálio, Winslow ou Lieutaud*”; se souberem a “*Patologia*” e a “*História Médica Prática*” ou, pelo menos, o que contém o “*Sepulchretum Anatómicum Boneti*” para explicar os “*tumores, exorteses, aneurismas, pólipos, anquiloses*”... etc., etc., etc.... Segue-se mais um sem número de referências a obras, métodos, processos, homens de ciência, enfim, um autêntico murro na mesa desferido com muito *souplesse*.

Esta carta nunca chegou a ser remetida. Porque ao gérmen latente da revolta sempre opôs a prudência, única forma de conseguir algum dia alcançar o tão desejado regresso à Pátria. (Sempre, não: por uma vez, o Cristão Novo cedeu aos sentimentos de indignação por tanta injustiça, revoltou-se e fez-se judeu. Viria a pagar caro a ousadia). Em algumas passagens da sua correspondência com influentes da corte chega a parecer bajulador, tal a sua determinação em, por todas as formas, se fazer ouvir e demonstrar o acerto das suas propostas. Ao mesmo tempo, não se inibe de afirmar, em carta a Pina de Melo, que seria irrealista tentar pretender ensinar os médicos em Portugal, que são, diz, “*mais carneiros que os vilões da sua terra*”, ironizando que mais valia ensinar o catecismo cristão aos mouros.

Espírito brilhante, Ribeiro Sanches ousava pensar o país no seu todo e materializava esse pensamento em “tratados” e “métodos” que generosamente oferecia, de modo a poder “*ser útil a um reino inteiro*”. Escrevendo a D. Luís da Cunha, dirá a dada altura: “*No fim do livro que publiquei ultimamente [Tratado da Conservação da saúde dos Povos] prometi continuar a escrever para a **utilidade da Pátria** e comecei a juntar depois de um ano os materiais para compor um livro da Educação Política em Geral [Cartas sobre a Educação da Mocidade] e respeitante **ao nosso Reino**...*”. Mas a resposta a esta vontade genuína de ser útil à pátria foi quase sempre o silêncio, ou porque parecesse atrevimento intolerável à mentalidade mesquinha de alguns, ou porque essas medidas pudessem estar realmente fora do alcance do quadro mental vigente. Compreende-se melhor o que tento dizer quando Ribeiro Sanches, já oficialmente incumbido de elaborar um método de aprender a estudar medicina, se dedica antes a escrever as Cartas sobre a Educação da Mocidade, que, a despeito do título, mais se assemelham a um tratado de reforma global do Estado, tais as implicações político-jurídicas

que suscitam: *“necessitamos”* diz para começar, *“derrogar as leis góticas que temos, que se reduzem aos excessivos privilégios da nobreza e às imunidades dos eclesiásticos. Enquanto existirem estes obstáculos”*, continua, *“é impossível introduzir-se uma educação universal da mocidade destinada a servir a sua pátria”*.

Lembre-mo-nos que, nesta altura, Ribeiro Sanches estava animado pela acção de Pombal, que decretara entretanto a expulsão dos jesuítas e afrontava um ramo importante da alta nobreza.

Por um momento, o Cristão Novo julgou que o céu se abria para ele. Pouco antes, havia confessado a D. Luís da Cunha ter uma proposta de um cavalheiro russo, o príncipe Gallitzin, para escrever um tratado sobre a educação, mas que de boa vontade recusaria se a Corte de Lisboa o quisesse empregar a escrever qualquer outro tratado para, diz pela enésima vez, *“utilidade do **nosso reino**”*. Por quaisquer razões obscuras, mas que se adivinham, as “Cartas”, impressas a expensas do autor, levariam um estranho sumiço, e o seu autor nunca voltaria a Portugal.

Posso imaginá-lo em Paris a ajudar e a dar guarida aos compatriotas necessitados que ali aportavam. Posso imaginá-lo, em raras ocasiões, no convívio com pares cientistas e filósofos. Posso imaginá-lo, humilde e abnegado, a bater às portas dos enviados de Lisboa para interceder a favor dos seus projectos. E posso imaginá-lo, já velho e achacado, a receber a visita de algum fiel amigo no seu apartamento de Paris, talvez a lamentar a sua pobre pátria, talvez a recordar o céu azul da sua infância.